

POLÍTICA ESTATAL E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS: ANALISANDO A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ANAGÉ – BAHIA – BRASIL.

Gedeval Paiva Silva (Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia MGEO – UFBA – Brasil, gedeval@gmail.com.

Guiomar Inez Germani (Doutora, Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia MGEO -UFBA, coordenadora do Projeto GeografAR (UFBA/IGEO/CNPq), guiomar@ufba.br.

INTRODUÇÃO

Essa tem como propósito principal analisar as transformações territoriais advindas da construção da barragem de Anagé, localizada no Sudoeste do estado da Bahia, essa obra foi planejada e implantada pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e construída no final da década de 1980.

Por ser uma obra executado pelo Estado, através do DNOCS é essencial, analisar as reais intenções do poder público em elaborar e implantar esse projeto. Os principais objetivos eram: perenizar um trecho do Rio Gavião com o barramento do rio armazenar água para ao abastecimento das populações de Anagé e Caraíbas, além de possibilitar o desenvolvimento e instalação da fruticultura, a partir da agricultura irrigada e, também, criar as condições para a implantação da piscicultura como mecanismos de melhorar a renda da população.

Ao longo do processo de construção da barragem de Anagé, aconteceram várias mobilizações e a resistência dos camponeses atingidos foi marcante, tendo em vista que as terras que foram alagadas eram áreas de antiga ocupação humana. Entretanto, a maioria das famílias não tinha o título das terras. Para fins de indenização por desapropriação o DNOCS, não reconhece os posseiros como proprietários, por isso para as indenizações pagas, foram apenas referentes às benfeitorias o que promoveu a expropriação de mais de cerca de 600 famílias.

Para entender esse processo, partiu-se da análise da ação do Estado e das Políticas Públicas voltadas à construção de barragens, as origens da formação territorial do sudoeste baiano para uma compreensão da constituição da estrutura

fundiária e as origens históricas da questão agrária nessa porção do território baiano.

Utilizou-se como categorias fundamentais da Geografia, o espaço geográfico e todo o processo de sua produção, o território – entendido como sendo a expressão dos conflitos e a da luta das classes sociais na apropriação da natureza a partir do jogo de poder e forças – e a paisagem como a forma reveladora das contradições resultantes do desenvolvimento desigual das classes sociais no espaço.

A construção da barragem de Anagé ocorreu em uma conjuntura em que o Estado buscava, justificado na lógica desenvolvimentista, dotar os diversos locais de uma infra-estrutura necessária aos interesses do capital e dos proprietários fundiários. No caso do campo, tal lógica de estruturava-se por meio do agronegócio, nas áreas semi-áridas, como o sertão da Bahia, esse processo só poderia se efetivar com a disponibilidade de água para irrigação e da terra para instalação das fazendas, por isso a construção da barragem tornava-se condição *sinequanom*.

Por isso buscou-se analisar o conflito de interesses entre o Estado (e seus representantes) e os camponeses, que há décadas, viviam neste local e tinham na terra e na produção agrícola os seus espaços de reprodução da vida, ou seja, a base material de sua realização social. Tais conflitos repercutiram em diversas formas de resistência do campesinato para não perderem seu território e configurou-se num importante capítulo da luta pela/na terra no Sudoeste da Bahia.

Estamos também analisando as transformações territoriais promovidas pela barragem e as novas formas de apropriação do espaço, pelas diferentes classes sociais, tais como: o desenvolvimento da fruticultura irrigada que criou as condições necessárias para a territorialização do capital, a partir da instalação das empresas capitalistas, bem como a especulação imobiliária e valorização das terras.

O desenvolvimento da piscicultura que hoje representa uma possibilidade concreta de ampliação da renda dos camponeses que apesar de terem sido atingidos pela barragem continuam vivendo nas margens ou nas proximidades conciliando o trabalho na terra e na água e a transformação das margens da barragem em áreas voltadas ao lazer das famílias a partir da edificação de sítios e chácaras.

UM RESGATE HISTÓRICO DA RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ANAGÉ

A construção da Barragem de Anagé teve início em 1986 e foi concluída em 1988, a formação do lago atingiu áreas dos municípios de Anagé, Caraíbas e Belo Campo, situados no Sudoeste da Bahia.

O barramento ocorreu no médio curso do rio Gavião, na bacia hidrográfica do rio de Contas, nas coordenadas 14° 37' S e 41° 11' W, distando cerca de 560 km de Salvador a capital do Estado da Bahia. Foi construída no maior rio intermitente da Bahia formou-se um lago de 44 quilômetros quadrados que em sua capacidade máxima pode acumular até 367 milhões de metros cúbicos de água.

Segundo relato dos camponeses atingidos até esse momento às famílias não tinham sido informadas, oficialmente, onde a barragem seria exatamente construída, nem quais famílias teriam perdas de suas terras. Em entrevista com uma das lideranças dos camponeses atingidos, que participou da mobilização, este afirmou que:

Em 1986 começa alguns estudos geológicos da área sem nenhum esclarecimento do pessoal e para aonde a água ia nem nada. A agente que já fazia parte das Comunidades Eclesiais de Base começou a sentir e saber de outros projetos como a barragem de Sobradinho, Itaparica que vinha mais uma luta como a que teve lá nesse lugar, as informação começa a chegar à gente de que seria mais um jogo de expulsão dos moradores do rio Gavião. Ai sabendo disso a gente começa a fazer umas reuniões com famílias que morava na área do leito do rio e dos ribeirinhos pra dizer que eles abrissem o olho que isso ia expulsar as famílias (Entrevista com D. R. R., em fevereiro de 2008).

A partir desse momento tiveram início às primeiras mobilizações dos camponeses que viviam na área onde a barragem foi construída. O protesto dos camponeses não era contra a barragem diretamente, pois sabiam da importância da água sobretudo para o semi-árido, mas à postura do DNOCS no que se refere ao tratamento que era dispensado a eles, bem como a proposta de indenização e falta de compromisso em reassentá-los. Dentre os atingidos apenas quatro proprietários tinham o título das terras, portanto foram únicos que receberam as indenizações

pela desapropriação, o restante, por serem posseiros, recebeu as indenizações referentes às benfeitorias, o que não garantiu que conseguissem comprar terras em outros lugares.

Com o início-se do processo de preparação da área da obra a empresa começou a retirar todos os camponeses de suas terras e começaram a derrubar todas as casas e destruir outras benfeitorias como currais e roças para que os trabalhos de terraplanagem tivessem início.

No outro sentido, os políticos locais, os especuladores, alguns proprietários de terras e empresários da região que eram favoráveis à construção da barragem, também se organizaram para garantir que a barragem fosse construída, pois estavam em defesa de seus interesses políticos e econômicos.

Os políticos da região se articularam com lideranças locais e produtores rurais para aumentar o contingente de apoiadores da obra, utilizando o “discurso” de que a construção desse grande reservatório de água solucionaria o problema da escassez de água para as cidades próximas, bem como para a agricultura, e assim, conseguiram conquistar o apoio de parte das populações das cidades vizinhas.

Nesse primeiro momento se estabelece um dos principais conflitos: os favoráveis a construção da barragem, que representaria o “progresso” e o “desenvolvimento” para a região, e os contrários que estavam emperrando a “modernização” e a melhoria das condições de vida das pessoas das cidades vizinhas.

Essa postura dos políticos e representantes das classes dominantes foi, na verdade, uma grande armadilha que tinha o propósito de enfraquecer e descaracterizar a legitimidade da luta dos camponeses que estavam prestes a perderem suas terras.

Esse conflito reflete, claramente, a luta de classes: de um lado, trabalhadores, camponeses e os apoiadores do movimento lutando para garantir a o direito de permanecerem na terra, defendendo o direito de continuar vivendo. Do outro, o Estado e a pequena burguesia interessados em se apropriar dessas terras implementando um “modelo” de desenvolvimento agrícola baseado na monocultura irrigada, que utiliza da força de trabalho assalariada em grandes propriedades rurais.

Desde o início do processo de construção da barragem os conflitos foram marcantes e estiveram presentes, assim como a resistência e, principalmente, a luta das famílias camponesas que mesmo diante de tantas forças contrárias, persistiram e se organizaram em um movimento que reuniu diversas famílias durante toda a duração das obras, tendo inclusive organizado algumas ações que chegaram a paralisar a obra.

Como relata o Padre João Cardoso, na época, coordenador da Comissão Rural Diocesana, atual Comissão Pastoral da Terra (CPT):

O que nós queríamos era garantir que os camponeses não perdessem suas terras, porque a questão agrária na região sudoeste já era complicada e a barragem sendo construída provocaria a expropriação de muitas famílias, acirrando ainda mais os conflitos de terra aqui na região, porque a terra para o camponês é tudo, sem a terra o camponês não vive por isso o apoio da Igreja tinha o propósito de defender a vida, como um bem supremo, nós entendíamos que ao garantirmos o direito à terra, estamos garantindo o direito a vida. Nós sabíamos que a principal bandeira de luta, era garantir as indenizações, não apenas em dinheiro, mas principalmente em terra, tínhamos esse lema terra por terra (Entrevista com Padre. João Cardoso, julho de 2008).

Diante dessa situação, o DNOCS aceitou estabelecer um diálogo com os camponeses e abre espaço para a negociação, se dispondo a ouvir as principais reivindicações das famílias atingidas, e após analisá-las compromete-se a atender os pleitos dos camponeses que compreendiam: o reassentamento, a construção das casas, o pagamento das benfeitorias e a concessão de 5 hectares de terra irrigada para todas as famílias.

As máquinas começaram a invadir as plantações e destruir várias roças dos camponeses, as casas, derrubar as cercas e sempre com o discurso que as indenizações seriam pagas, que ninguém perderia sua terra, nem suas benfeitorias. Mesmo assim as famílias começaram a se mobilizar, tendo em vista a forma arbitrária como foi o início da obra.

Em março de 1987, alguns meses após início das obras, como quase nenhuma reivindicação foi atendida de imediato e o DNCOS não deu o tratamento

devido à situação, os camponeses tendo consciência que seria um processo contínuo de luta e contestação, voltam a se organizar e, mais uma vez, paralisam as obras para que fosse firmado um novo acordo.

O movimento de resistência dos camponeses contou com o apoio de entidades representativas como a Comissão Rural Diocesana, atual Comissão Pastoral da Terra, Movimentos Sociais organizados, bem como lideranças sindicais, advogados e outras comunidades camponesas que montaram um grande acampamento na área, e lá resistiram por meses. Por contar com todo esse apoio o movimento tornou-se fato conhecido em toda região e mobilizou grande número de pessoas de outras cidades e até de outras regiões.

Só a partir dessa mobilização e do apoio de importantes entidades e representantes da sociedade civil é que foi possível estabelecer um processo de diálogo com DNOCS. Isso foi fundamental para garantir que algumas famílias tivessem seus direitos reconhecidos, mesmo sabendo que aquelas terras já eram utilizadas por eles há décadas.

A construção da barragem de Anagé mobilizou diversos setores da sociedade que se mostraram sensíveis à reivindicação dos camponeses na busca de garantir além do pagamento das indenizações o direito ao reassentamento, ou seja, cumprir o lema “terra por terra”. Outro aspecto relevante se refere ao tratamento arbitrário dispensado aos camponeses pelo Estado, neste caso representado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), que já havia se tornado uma prática constante nos projetos de construção de outras barragens, naquele contexto histórico.

Diante da capacidade de organização e resistência dos camponeses o DNOCS começou a fazer alguns acordos com os atingidos, construíram algumas casas em outros locais, que não seriam inundados, ou mesmo pagaram as benfeitorias a algumas famílias. No entanto, o grande problema enfrentado pelos camponeses era que a maioria das famílias detinha apenas a posse da terra, mas não a propriedade, legalmente reconhecida, embora já estivesse na área há décadas, o que constitucionalmente deveria garantir o direito de usucapião.

A transformação na vida dos camponeses foi intensa, muitos pais de família tiveram que migrar para outras regiões e estados, como por exemplo, para São

Paulo, tendo em vista que perderam a base material e precisava garantir o sustento dos familiares.

Nesse processo fica evidente a postura de classe do Estado, que para garantir a apropriação da mais valia, e da renda da terra, destrói o território do trabalho livre, autônomo, como é o caso do trabalho familiar camponês, para substituí-los pela lógica de mercado.

O caminho foi comprar casas nas periferias das cidades vizinhas ou continuar no pedaço de terra que restou, sobrevivendo da venda força de trabalho nas fazendas irrigadas que se instalaram na região.

A obra durou uma média de onze meses para ser concluída e ao longo desse tempo os camponeses resistiram e lutaram para garantir pelo menos a indenização. Contudo, muitos não receberam nenhum tipo de indenização, perderam o espaço de reprodução da vida – a terra –, e com ela parte de sua história, mas não sua identidade, tendo em vista que mesmo tornando-se sem terra, continuam sobrevivendo do trabalho com a terra, em terras alheias, vendendo sua força de trabalho, ou mesmo nos sistemas de meia, parceria ou arrendatários.

A questão central que se pode perceber ao fazer esse resgate histórico foi que a barragem de Anagé promoveu intensas transformações na vida e na realidade das famílias camponesas.

Construindo novos territórios, produzidos por novas relações sociais, o território de vida, do trabalho livre onde os camponeses se realizam materialmente e se reproduziam enquanto classe social foi e está sendo substituído pelos territórios transformados pelo capital, que materializam as contradições da apropriação do campo pelo capital, o processo de produção para o mercado, a lógica do trabalho alienado, da dominação do patrão sobre a vida e as horas do trabalho do empregado, enfim a essência do conflito capital-trabalho.

AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS E AS REPERCUSSÕES DA BARRAGEM PARA A QUESTÃO AGRÁRIA.

A construção da barragem de Anagé promoveu intensas transformações territoriais e mudanças na realidade social local, dentre as principais conseqüências

foi a expropriação dos camponeses, que ocorreu em dois momentos distintos e de forma diferenciada.

No primeiro momento, se deu o deslocamento compulsório, a partir da ação direta do Estado, ou seja, as famílias que foram atingidas pela obra e tiveram partes de suas terras inundadas pelas águas.

No segundo momento, ocorre um processo que ainda está em curso, a expropriação indireta, seja por meio da venda do que restou das terras diante da valorização e da especulação, ou ainda a transformação dos camponeses em assalariados, que vendem sua força de trabalho para as empresas que se instalaram nas margens do lago.

Muitos camponeses que foram parcialmente atingidos e continuaram vivendo às margens da barragem, passaram a vender as suas terras e foram morar nas cidades da região, tendo em vista que não encontraram condições e apoio técnico para produzir, no sistema de irrigação, que além de exigir um alto investimento inicial, necessita de uma manutenção que também tem alto custo. Outro elemento que também contribuiu com venda das terras, foi a redução do tamanho das propriedades, nos casos em que o remanescente da área alagada se tornava impraticável para a manutenção da família e dos filhos.

Por isso, muitos camponeses não conseguindo produzir venderam suas terras e migraram para as periferias das cidades, para venderem sua força de trabalho, na condição de trabalhadores assalariados, ou mesmo, submetendo-se a relações de trabalho precarizadas. Algumas pessoas passaram a integrar os movimentos de luta pela terra, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), ou também se vincularam a movimentos de luta na terra, como o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

A questão central da modificação da paisagem por meio da presença de frutas durante todo o ano foi possível em decorrência da irrigação, a oferta da água por meio de outorgas sem limite de data, e sem custos para os irrigantes. Isto intensificou a busca por terras e a compra de pequenas propriedades para estabelecimento de médias e grandes empresas vinculadas ao agronegócio.

Todo esse processo promoveu uma valorização nas terras e a ampliação de formas de trabalho tipicamente capitalistas, como o assalariamento, e os bóias-frias, ou trabalhadores temporários, contratados, apenas nas épocas das colheitas.

Por se tratarem de terras férteis aliada às condições climáticas favoráveis e a presença de força de trabalho relativamente barata, tem se percebido a ampliação de fazendas irrigadas com uma grande variedade de produtos cultivados, a exemplo das plantações de: coco, manga, pinha, banana, uva, cacau e acerola entre outras espécies típicas dos trópicos. A proximidade da água é o fator mais importante, pois é possível irrigar as terras e garantir a produção durante todo o ano, assim o potencial produtivo, a grande maioria desses produtos é voltada para a exportação.

As fazendas de fruticultura que passaram a se instalar nas margens do lago, contam com altos investimentos o que permite a contínua produção durante todo o ano, bem como uma elevada produtividade.

Essas empresas, ligadas ao agronegócio, têm um sistema produtivo, altamente mecanizado e informatizado, conta com o uso de maquinários de última geração, como o sistema de irrigação que é controlado pelo sistema computacional.

Outro processo se desenvolveu e está se ampliando após a Barragem de Anagé, as áreas que margeiam a represa passaram a desempenhar outra função, a de lazer para muitas pessoas da região, como a população de Vitória da Conquista, que utilizam as águas para passeios de barco, *jet-ski* e outros “atrativos”.

As terras que antes da barragem se constituíam em um território de vida de centenas de famílias camponesas, espaço esse ocupado historicamente para a reprodução dos camponeses hoje são áreas de entretenimento, pequenos sítios e chácaras, com alto padrão de construção, piscinas, saunas, quadras poliesportivas, mansões, que chegam a custar um milhão de reais, conforme informação do funcionário do DNOCS.

Esses sítios e chácaras são utilizados apenas durante os finais de semana, como áreas de lazer por famílias de classe média alta, das cidades vizinhas principalmente de Vitória da Conquista. Acrescenta-se o fato que essas construções estão localizadas muito próximas da água, não respeitando o limite mínimo de 200 metros, conforme estabelece a Resolução do CONOMA, a imagens das figuras 2 e 3 ilustram bem esse processo.



Figura 2: Sítio Localizado nas margens do lago



Figura 3: Sítio Localizado nas margens do lago

Outra forma de uso da terra e da água se dá por meio do turismo local, ainda incipiente, marcado com o surgimento de bares e pequenos restaurantes, hotéis e pousadas nas margens da barragem, onde muitos camponeses trabalham nos finais de semana para complementar a renda. Esse processo se deu principalmente na área denominada de “Praia de Anagé”, onde a presença das areias e proximidade da água tornam-se atrativos para a população da região que buscam esses espaços, para tomar banho na barragem, pescar e fazer passeios de barco.

Outra consequência da construção da barragem foi o agravamento da questão agrária, prova disso é a existência de um Acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na área de segurança nacional de propriedade do Estado e sob a guarda do DNOCS, demonstrando que a luta pela terra e pela água continua, os acampados permaneceram cinco anos na área.

Em 2003, no início da mobilização, chegaram ao local cerca de oitenta famílias, após três anos da ocupação restavam vinte e três famílias, que não tendo condições de sobreviver na cidade, vêm na luta pela terra, uma real possibilidade de se reproduzirem enquanto classe social dignamente.

As figuras 4 e 5 retratam o acampamento as margens da barragem em 2008.



Figura 4: Acampamento Ojeferson em 2008.



Figura 5: Barracos do Acampamento em 2008.

Esse acampamento foi mais uma estratégia de luta dos camponeses para manter a vida e as relações de produção e trabalho “independentes”. Assim lutaram pela terra e pelo direito de serem livres, donos do seu tempo.

A resistência na terra por mais de cinco anos representou a necessidade de ter uma terra para trabalhar, o território da vida, do trabalho familiar camponês, onde toda a família trabalha para garantir o sustento. Ou seja, muitas famílias foram expropriadas no passado, mas o movimento agora é de retorno ao campo, pela via da ocupação e da luta.

Por outro lado, verifica-se que a falta de uma política de assentamento para a população, no campo, fato que não é priorizado pelo Estado, vem dificultando o acesso a terra a centenas e milhares de famílias no país, no Sudoeste da Bahia e no Acampamento Ojeferson essa situação não é diferente.

A reivindicação essencial dos acampados era que essa área que pertence a União, e está sob responsabilidade do Ministério da Integração Regional, e diretamente do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, fosse repassada ao INCRA, para que fosse desapropriada para fins de Reforma Agrária, para ser construído um Assentamento para essas famílias.

Mesmo não tendo a certeza de que seriam assentados nessa área os camponeses acampados plantaram e cultivaram a terra, em áreas individuais e na área coletiva, produtos alimentícios como: feijão, milho, abóbora, melancia, andu, criaram galinhas, porcos.

Após longos cinco anos de resistência e de trabalho, os camponeses acampados ficaram sabendo que o DNOCS, havia acionado o Ministério Público solicitando a reintegração de posse, para evitar o despejo, deixaram a área em julho de 2010, o espaço onde antes existia o acampamento, hoje tem apenas as marcas, da ocupação, conforme as figuras 6 e 7.



Figura 6: Área do acampamento em 2010.



Figura 7 Área do acampamento em 2010.

O processo de construção da barragem de Anagé é um grande exemplo das contradições sociais e da luta pelo território tão presente no campo brasileiro, merecendo destaque alguns elementos que são centrais nesse processo.

Como a construção histórica de uma estrutura fundiária concentrada e excludente, o papel do Estado na dinâmica da garantia e da manutenção da ordem social vigente favorecendo a lógica desigual do capital, e o desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura vem monopolizando a produção no campo, além de promover a expropriação de centenas de camponeses de suas terras e também do trabalho livre.

Na contra mão dessa lógica os camponeses estão lutando, resistindo e enfrentando o capital, os latifundiários e o Estado, os trabalhadores rurais sem-terra, camponeses e os movimentos sociais que estão dia-a-dia sendo oprimidos pelo capital, mas na esperança de construir um mundo mais justo, têm persistido na luta para superação dessas contradições.

Desse modo defendem não apenas o direito a terra, mas também o direito a vida, ao trabalho livre, a reprodução social enquanto classe, a manutenção da cultura e da identidade da classe camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa pesquisa tem possibilitado perceber que a ação dirigida e planejada do Estado através do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) promoveu intensas transformações na vida de centenas de famílias que viviam no entorno rio Gavião, onde hoje está localizada a barragem de Anagé.

A ação estatal promoveu um violento processo de expropriação das famílias camponesas, não garantindo o direito básico da continuidade da vida para o camponês: o direito a terra. Muitas famílias receberam irrisórias indenizações, tendo, portanto, que migrar para as periferias das cidades vizinhas, ou continuaram em pequenos pedaços de terra insuficientes para produzir e retirar o sustento de toda família.

Das 800 famílias atingidas estima-se que 150 não receberam nenhum tipo de indenização, passando a viver de maneira precária nas cidades, vendendo sua força de trabalho, ou permanecendo em terras alheias, em sistemas de parcerias ou como, bóias-frias, e diaristas nas fazendas irrigadas.

As transformações no espaço agrário após a construção da barragem foram profundas, ampliou-se o número de médias e grandes fazendas, agravando ainda mais a questão agrária. Percebeu-se também a instalação de empresas capitalistas que desenvolvem culturas irrigadas durante todo o ano.

Outro processo produzido pela ação do Estado foi o desenvolvimento de espaços de lazer nas áreas que margeiam a barragem, seja através dos bares e restaurantes, ou da edificação de sítios e pequenas fazendas destinadas ao lazer de famílias de classe média, nos fins de semana.

Assim, conclui-se afirmando que a resistência camponesa surge como uma possibilidade concreta e possível de promover um desenvolvimento menos desigual e injusto para o campo brasileiro, pois estes vêem na terra o espaço de realização material, a terra de trabalho, o território da vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 1ª Ed. São Paulo: Ática, 1986.

BOMBARDI, Larissa Mies. Contribuições ao debate teórico acerca dos conceitos de camponato e agricultura familiar. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa 2002.

COMISSÃO MUNDIAL DAS BARRAGENS. Relatório da Comissão Mundial de Barragens, 200. **Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões**. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. Disponível em: <http://www.dams.org>. Acesso em maio de 2008.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados Terra e Água. O conflito de Itaipu**. 2ª Ed. Salvador: EdUFBA/ULBRA, 2003.

MARANHÃO, Silvio. **A Questão Nordeste: Estudos sobre Formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARQUES, Marta Inez Medeiros, A Atualidade do conceito de camponês. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa 2002.

MARTINS, José Souza. **Expropriação e Violência** (A questão política no campo). São Paulo. Hucitec, 1980.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues, MESQUITA, Helena Angélica de, O Agro-hidro-negócios no Cerrado Goiano: A construção das (re)existências, **Anais do I Encontro Latinoamericano de Ciências Sociales y Represas. II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens**, Salvador, 2007.

MESQUITA, Helena Angélica de, A Trajetória de Incertezas da População Atingida por Barragens: O Exemplo da Barragem Serra do Facão - Rio São Marcos, Sudeste de Goiás, **Anais do I Encontro Latinoamericano de Ciências Sociales y Represas. II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens**, Salvador, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O campo no Século XXI. Território de Vida, de luta, e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Editora Paz e Terra 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classe**. 3ª ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1981.

PAIVA SILVA. **Terra, Água e vida. A ação do estado, expropriação camponesa e a luta pelo território: uma análise do processo de construção da barragem de**

Anagé – Bahia. Monografia de Final do Curso de Licenciatura em Geografia, UESB, Vitória da Conquista, 2008.

PEREIRA, Lucas Batista. **Velha Raiz, Nova Morada. A Barragem de Anagé: Transformações no modo de vida sertanejo.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH/USP, 1993.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do Capital à atualidade da Luta de Classes no Campo Brasileiro. Camponeses em Luta pelo/no Território no Sudoeste da Bahia.** Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. (Tese de Doutorado em Geografia). São Cristóvão, 2008.